

ADVOGADO

PROVA ESCRITA OBJETIVA

CADERNO DE QUESTÕES

NÚMERO DE QUESTÕES: 30

Leia atentamente as instruções abaixo, e aguarde autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, o mesmo poderá ser substituído apenas nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica, de preferência, de tinta preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. No CARTÃO-RESPOSTA, marque no espaço próprio a opção correspondente à sua resposta. Se você assinalar mais de uma opção por questão, esta será anulada.
4. Se você deixar todos os campos em branco do cartão resposta em branco, sua prova objetiva será anulada. **PINTE A BOLINHA POR COMPLETO.**
5. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
6. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C e D. Você deve, portanto, assinalar apenas uma opção em cada questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
7. O tempo disponível para esta prova é de três horas.
8. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO - RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
9. Quando terminar a prova, entregue ao fiscal este CADERNO DE QUESTÕES SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, o CARTÃO-RESPOSTA, e assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja rasgado ou incompleto, o candidato será eliminado.
10. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida 1 hora do início da aplicação das provas.
11. Você será excluído do exame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e(ou) relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que se realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e (ou) o CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo do CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Em caso de você ser um dos três últimos candidatos, deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

Que significa o riso? Que haverá no fundo do risível? Que haverá de comum entre uma careta de bufão, um trocadilho, um quadro de teatro burlesco e uma cena de fina comédia? Que destilação nos dará a essência, sempre a mesma, da qual tantos produtos variados retiram ou o odor indiscreto ou o delicado perfume? Os maiores pensadores, desde Aristóteles, aplicaram-se a esse pequeno problema, que sempre se furta ao empenho, se esquiva, escapa, e de novo se apresenta como impertinente desafio lançado à especulação filosófica.

Nosso pretexto para focar o problema é que não pretendemos encerrar numa definição a fantasia cômica. Vemos nela, antes de tudo, algo de vivo. Por mais trivial que seja, tratá-la-emos com o respeito que se deve à vida. Não nos limitaremos a vê-la crescer e se expandir. De forma em forma, por gradações imperceptíveis, ela realizará aos nossos olhos metamorfoses bem singulares. Nada desdenharemos do que tenhamos visto. Com esse contato continuado talvez ganhemos algo de mais maleável que uma definição teórica – um conhecimento prático e íntimo, como o que nasce de longa camaradagem. E talvez descubramos também que fizemos sem querer um conhecimento útil. Lógico, a seu modo, até nos seus maiores desvios, metódico em sua insensatez, fantasiando, bem o sei, mas evocando em sonho visões logo aceitas e compreendidas por uma sociedade inteira, acaso a fantasia cômica não nos informará sobre os processos de trabalho da imaginação humana, e mais particularmente da imaginação social, coletiva, popular? Fruto da vida real, aparentada à arte, acaso não dirá nada sobre a arte e a vida?

Apresentaremos primeiro três observações, para nós fundamentais. Referem-se elas menos ao cômico propriamente que ao lugar onde devemos buscá-lo.

Chamamos atenção para isto: não há comicidade fora do que é propriamente *humano*. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que

alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assumiu. Como é possível que fato tão importante, em sua simplicidade, não tenha merecido atenção mais acurada dos filósofos? Já se definiu o homem como “um animal que ri”. Poderia também ter sido definido como um animal que faz rir, pois se outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem, pela característica impressa pelo homem ou pelo uso que o homem dele faz.

Observemos agora, como sintoma não menos digno de nota, a *insensibilidade* que naturalmente acompanha o riso. O cômico parece só produzir o seu abalo sob condição de cair na superfície de um espírito tranquilo e bem articulado. A indiferença é o seu ambiente natural. O maior inimigo do riso é a emoção. Isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade, ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa afeição, ou emudecer essa piedade. Talvez não mais se chorasse numa sociedade em que só houvesse puras inteligências, mas provavelmente se risse; por outro lado, almas invariavelmente sensíveis, afinadas em unísono com a vida, numa sociedade onde tudo se estendesse em ressonância afetiva, nem conheceriam nem compreenderiam o riso. Tente o leitor, por um momento, interessar-se por tudo o que se diz e se faz, agindo, imaginariamente, com os que agem, sentindo com os que sentem, expandindo ao máximo a solidariedade: verá, como por um passe de mágica, os objetos mais leves adquirirão peso, e tudo o mais assumir uma coloração austera. Agora, imagine-se afastado, assistindo à vida como espectador neutro: muitos dramas se converterão em comédia. Basta taparmos os ouvidos ao som da música num salão de dança para que os dançarinos logo pareçam ridículos. Quantas ações humanas resistiriam a uma prova desse gênero? Não veríamos muitas delas passarem imediatamente do grave ao divertido se as isolássemos da música de sentimento que as acompanha? Portanto, o cômico exige algo como certa anestesia momentânea do coração para produzir todo o seu efeito. Ele se destina à inteligência pura.

Mas essa inteligência deve permanecer em contato com outras inteligências. Esse o terceiro fato para o qual desejávamos chamar a atenção. Não desfrutaríamos o cômico se nos sentíssemos isolados. O riso parece precisar de eco. Ouçamo-lo bem: não se trata de um som articulado, nítido, acabado, mas

alguma coisa que se prolongasse repercutindo aqui e ali, algo começando por um estalo para continuar ribombando, como o trovão nas montanhas. E, no entanto, essa repercussão não deve seguir ao infinito. Pode caminhar no interior de um círculo tão amplo quanto se queira, mas, ainda assim, sempre fechado. O nosso riso é sempre o riso de um grupo. Ele talvez nos ocorra numa condução ou mesa de bar, ao ouvir pessoas contando casos que devem ser cômicos para elas, pois riem a valer. Teríamos rido também se estivéssemos naquele grupo. Não estando, não temos vontade alguma de rir. Alguém a quem se perguntou por que não chorava ao ouvir uma prédica que a todos fazia derramar lágrimas: respondeu: “Não sou da paróquia”. Com mais razão se aplica ao riso o que esse homem pensava das lágrimas. Por mais franco que se suponha o riso, ele oculta uma segunda intenção de acordo, diria eu quase de cumplicidade, com outros galhofeiros, reais ou imaginários. Já se observou inúmeras vezes que o riso do espectador, no teatro, é tanto maior quanto mais cheia esteja a sala. Por outro lado, já não se notou que muitos efeitos cômicos são intraduzíveis de uma língua para outra, relativos, pois, aos costumes e às ideias de certa sociedade? Contudo, por não se ter compreendido a importância desse duplo fato, viu-se no cômico simples curiosidade na qual o espírito se diverte, e no riso em si um fenômeno exótico, isolado, sem relação com o restante da atividade humana. Daí essas definições tendentes a fazer do cômico uma relação abstrata, percebida pelo espírito entre ideias: “contraste intelectual”, “absurdo sensível” etc., as quais, mesmo que conviessem realmente a todas as formas de comicidade, não nos explicariam absolutamente por que o cômico nos faz rir. De fato, como acontece que essa relação teórica específica, tão logo percebida, nos encolha, nos dilate, nos sacuda, ao passo que todas as demais deixam o nosso corpo indiferente? Não enfocaremos o problema por esse aspecto. Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social. Digamo-lo desde já: essa será a ideia diretriz de todas as nossas reflexões. O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social.

(BERGSON, H. O riso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983)

Questão 01

Conforme o texto, uma das propriedades que definem o riso é:

- a) A racionalidade.
- b) A compaixão.
- c) A sensibilidade.
- d) A paróquia.

Questão 02

Conforme as ideias apresentadas no texto, é CORRETO afirmar que o riso:

- a) É indissociável do comportamento humano, manifestando-se nas atividades do homem.
- b) Realiza-se sob a forma de escárnio com aqueles indignos de piedade ou solidariedade.
- c) Comporta práticas sociais preconceituosas e discriminatórias nocivas à coletividade.
- d) Exige a suspensão, mesmo que temporariamente, da sensibilidade para realizar-se.

Questão 03

Acerca dos propósitos, gerais ou específicos, é correto afirmar que o texto:

- a) Apresenta três propriedades que encerram o riso em uma definição teórica precisa.
- b) Propõe três condições para a instauração do riso: humanidade, inteligência e sociedade.
- c) Define o riso a partir do viés psicológico como uma propriedade de pessoas insensíveis.
- d) Elege o riso como a propriedade comum entre o homem e os demais seres do mundo.

Questão 04

O termo destacado desempenha a função de objeto indireto somente no item:

- a) “Mas essa inteligência deve permanecer **EM CONTATO** com outras inteligências.”
- b) “Por mais franco que se suponha o riso, ele oculta **UMA SEGUNDA INTENÇÃO** [...]”
- c) “Pode caminhar **NO INTERIOR** de um círculo tão amplo quanto se queira [...]”
- d) “Agora, imagine-se afastado, assistindo **À VIDA** como espectador neutro: [...]”

Questão 05

O referente textual do pronome destacado está corretamente indicado somente no item:

- a) “A indiferença é o SEU ambiente natural.” (o cômico)
- b) “ELE talvez nos ocorra numa condução ou mesa de bar [...]”. (um círculo)
- c) “ISSO não significa negar, por exemplo, que não se possa rir [...]”. (o maior inimigo)
- d) “Para compreender o riso, impõe-se colocá-LO no seu ambiente natural [...]”. (esses aspectos)

Questão 06

A respeito da colocação dos pronomes oblíquos átonos no trecho: “Por mais trivial que seja, tratá-LA-emos com o respeito que SE deve à vida. Não nos limitaremos a vê-LA crescer e SE expandir.” é correto afirmar somente que:

- a) A mesóclise se justifica pela forma verbal de futuro do pretérito do verbo tratar.
- b) A ênclise com infinitivo do verbo “ver” alterou a forma original do pronome “a”.
- c) Ambas as próclises do pronome “se” ocorrem em razão de uma conjunção integrante.
- d) A forma de futuro do presente do verbo “limitar” impõe a mesóclise do pronome “nos”.

Questão 07

Acerca de sua organização linguística, é correto afirmar que o texto:

- a) Argumenta em prol da tese de que o riso é propriedade exclusiva do homem.
- b) Indica procedimentos a serem adotados para a obtenção de efeitos cômicos.
- c) Narra eventos reais ou imaginários acerca da trajetória de um artista cômico.
- d) descreve em detalhes o caráter humorístico e sarcástico do artista cômico.

Questão 08

Assinale a alternativa em que a substituição do termo destacado sugerida mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto:

- a) “Por mais FRANCO que se suponha o riso, ele oculta uma segunda intenção [...]” (pejorativo)
- b) “[...] não tenha merecido atenção mais ACURADA dos filósofos?” (obtusa)
- c) “Daí essas definições TENDENTES a fazer do cômico uma relação abstrata [...]” (inclinadas)
- d) “[...] algo começando por um estalo para continuar RIBOMBANDO [...]” (abafando)

Questão 09

Seja o conjunto $A = \{a, \{b\}, c\}$, marque a alternativa INCORRETA.

- a) $a \in A$
- b) $\{b\} \in A$
- c) $\emptyset \subset A$
- d) $c \subset A$

Questão 10

Um corpo com massa igual a 42,50 kg possui volume igual a 8,5 cm³. Então a densidade desse corpo vale:

- a) 5kg/cm³
- b) 4kg/cm³
- c) 6kg/cm³
- d) 8kg/cm³

Questão 11

Uma mulher gastou tudo o que tinha na bolsa em quatro lojas. Em cada uma ela gastou R\$ 4,00 a mais do que a metade do que tinha ao entrar. Quanto a mulher tinha ao entrar na primeira loja?

- a) R\$ 90,00
- b) R\$ 100,00
- c) R\$ 110,00
- d) R\$ 120,00

Questão 12

Quantos números de 3 algarismos distintos, usando os algarismos 1, 2, 3 e 4 podem ser formados?

- a) 12.
- b) 18.
- c) 24.
- d) 28.

Questão 13

Em um experimento aleatório foi lançado duas vezes um dado. Considerando que o dado não seja viciado, a probabilidade de se obter a soma dos lançamentos igual ou maior do que oito é:

- a) 11/12.
- b) 1/3.
- c) 13/36.
- d) 8/12.

Questão 14

Se $x + \frac{1}{x} = 3$, então o valor de $x^2 + \frac{1}{x^2}$ é:

- a) 6.
- b) 7.
- c) 8.
- d) 9.

Questão 15

Na lanchonete de Ana tem as seguintes frutas: laranja, maçã, mamão, maracujá, goiaba e caju. Ela faz uma vitamina usando três dessas frutas, logo a quantidade de vitaminas diferentes que ela pode oferecer na sua lanchonete é:

- a) 40.
- b) 15.
- c) 25.
- d) 20.

Questão 16

Um triângulo retângulo tem sua hipotenusa medindo 10 cm e um dos seus catetos medindo 6 cm. A área e o perímetro desse triângulo medem, respectivamente:

- a) 24 cm² e 24 cm.
- b) 36 cm² e 24 cm.
- c) 24 cm² e 36 cm.
- d) 12 cm² e 24 cm.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 17

Acerca dos direitos fundamentais e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quanto à aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares, o Supremo Tribunal Federal fixou e adotou a teoria da eficácia horizontal indireta.
- b) Mesmo em período noturno, é lícita a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial quando amparada apenas em fundadas razões que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito em caso de “crime permanente”.
- c) Quanto à inviolabilidade domiciliar, o Supremo Tribunal Federal entende que o conceito de casa deve ser interpretado restritivamente, alcançando apenas o local onde a pessoa reside.
- d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, em caso de expropriação de imóvel utilizado para cultura ilegal de planta psicotrópica, o confisco deverá recair apenas sobre a parte da propriedade em que está ocorrendo o cultivo ilegal.

Questão 18

Sobre os princípios que regem a Administração Pública e a jurisprudência dos Tribunais Superiores relacionada, assinale a opção INCORRETA:

- a) É despicienda a criação de lei para que ocorra a vedação ao nepotismo. Neste contexto, é inconstitucional a lei estadual que excepciona a prática da vedação ao nepotismo.
- b) Como decorrência do princípio da autotutela, deve a Administração Pública anular os seus próprios atos quando eivados de ilegalidade. Ocorre que, quando dessa necessária anulação resultar repercussão na esfera de direitos individuais, torna-se necessária a instauração de procedimento administrativo onde se garanta o contraditório e ampla defesa.
- c) Segundo a jurisprudência atual dos tribunais superiores, em face da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, a Administração Pública não se submete às vedações decorrentes do denominado *venire contra factum proprium*.
- d) A doutrina mais moderna, em face da constitucionalização do Direito Administrativo,

prega novos contornos para a delimitação, no âmbito da Administração Pública, do conceito da legalidade, vista agora não mais como um dever de obediência somente às leis, mas como um dever de obediência a outros instrumentos normativos, tal como a Constituição. Esta aceção mais ampla conferida à legalidade recebe o nome de juridicidade.

Questão 19

Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No Direito Administrativo, em função da boa-fé, o silêncio, como regra, importa consentimento tácito, considerando-se os usos ou as circunstâncias normais. Em face da legalidade, somente não valerá como anuência caso a lei declare que é indispensável a sua manifesta expressão.
- b) Em face das especificidades que caracterizam o regime jurídico administrativo, não se pode considerar como ato administrativo os atos oriundos das atividades desenvolvidas pelas concessionárias e permissionárias, que produzem atos sob regime de direito privado.
- c) Certidões, pareceres e atestados são considerados atos enunciativos ou de pronúncia.
- d) A cassação, enquanto modalidade de extinção do ato administrativo, ocorre quando do surgimento posterior de norma jurídica que torna o ato, antes editado conforme o Direito, incompatível com o ordenamento jurídico.

Questão 20

Acerca dos poderes administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em sentido estrito, o poder de polícia está exclusivamente relacionado ao exercício da função administrativa. Em sentido amplo, o poder de polícia compreende toda e qualquer atuação estatal restritiva à liberdade e à propriedade que tem por objetivo a satisfação de necessidades coletivas.
- b) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, notadamente no que se refere à possibilidade de aplicação de sanções administrativas.
- c) No caso de sanção aplicada por diretor a aluno de escola pública, têm-se manifestação do poder hierárquico.

d) A competência para expedir regulamento executivo, ao contrário do que ocorre com o regulamento autônomo, é passível de delegação.

Questão 21

Acerca da ação de improbidade administrativa e da ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública cujo pedido seja a condenação por improbidade administrativa de agente público que tenha cobrado taxa por valor superior ao custo do serviço prestado, ainda que a causa de pedir envolva questões tributárias.
- b) É lícito que o decreto de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa possa ser superior ao valor indicado na inicial visando a garantir o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, levando-se em consideração, até mesmo, o valor de possível multa civil como sanção autônoma.
- c) A ação de improbidade administrativa não possui natureza penal, devendo ser inserida, portanto, no âmbito do Direito Administrativo Sancionador.
- d) Em face do diálogo entre as fontes que compõem e informam o microsistema de processo coletivo, aplica-se à ação d e improbidade administrativa o reexame necessário invertido, previsto na Lei de Ação Popular.

Questão 22

Marque a alternativa CORRETA.

- a) A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- b) No âmbito da entidade pública, o Princípio da Oportunidade está vinculado ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a oportunidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
- c) O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

d) O Princípio da Oportunidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.

Questão 23

Normas jurídicas são:

- a) Regras de conduta, estabelecidas na Constituição e nas leis, que regulam a relação entre pessoas e organizam uma sociedade.
- b) Documentos, ou instrumentos, por meio dos quais deputados e senadores apresentam suas ideias de novas leis e exercem sua função legisladora.
- c) Publicações que fazem parte do sistema informativo oficial do Senado Federal.
- d) Relatórios já aprovados em determinada comissão, que serão encaminhados ao Plenário ou a outra comissão para exame.

Questão 24

O atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras já recebidas assegura ao contratado:

- a) O direito de suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- b) O direito de suspender o cumprimento de suas obrigações por prazo indeterminado, salvo em caso de calamidade pública ou guerra.
- c) O direito de rescindir unilateralmente o contrato, com direito à indenização por danos emergentes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- d) O direito de anular o contrato, com direito à indenização por danos emergentes, salvo em caso de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública.

Questão 25

Não se configura como princípio das relações internacionais do Brasil, conforme o art. 4º da Constituição Federal/1988:

- a) Prevalência dos direitos humanos.
- b) Defesa da paz.
- c) Tolerância ao terrorismo e ao racismo.
- d) Solução pacífica dos conflitos.

Questão 26

Acerca do controle de constitucionalidade, marque o item CORRETO.

- a) Quando da impetração, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, de mandado de segurança por parlamentar federal com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional, tem-se um controle de constitucionalidade concreto, incidental e concentrado.
- b) É admissível, no ordenamento jurídico brasileiro, o controle preventivo da constitucionalidade material das normas infraconstitucionais em curso de formação.
- c) Cabe reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal em face de lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo, em determinada área.
- d) No âmbito das ADC, a controvérsia judicial relevante está relacionada ao mérito, não se admitindo, portanto, o indeferimento monocrático da peça inicial pelo Relator.

Questão 27

Em relação aos Contratos Administrativos é INCORRETO afirmar que:

- a) Nos contratos administrativos, a Administração aparece com uma série de prerrogativas que garantem a sua posição de supremacia sobre o particular; elas vêm expressas precisamente por meio das chamadas cláusulas exorbitantes ou de privilégios ou de prerrogativas.
- b) Todas as cláusulas dos contratos administrativos são fixadas unilateralmente pela Administração. Costuma-se dizer que, pelo instrumento convocatório da licitação, o poder público faz uma oferta a todos os interessados, fixando as condições em que pretende contratar; a apresentação de propostas pelos licitantes equivale à aceitação da oferta feita pela Administração.
- c) Um dos traços característicos do contrato administrativo é a sua imutabilidade, que, segundo muitos doutrinadores, decorre de determinadas

cláusulas exorbitantes, ou seja, das que conferem à Administração o poder de unilateralmente, alterar as cláusulas regulamentares ou rescindir o contrato antes do prazo estabelecido, por motivo de interesse público.

d) As assim denominadas cláusulas exorbitantes caracterizam os contratos administrativos, diferenciando-os dos ajustes de Direito Privado. São chamadas exorbitantes justamente porque exorbitam, extrapolam as cláusulas comuns do Direito Privado e não seriam neste admissíveis.

Questão 28

A intimação de órgão competente perante o qual tramita processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências, observando a antecedência mínima de:

- a) 01 (um) dia útil quanto à data de comparecimento.
- b) 03 (três) dias úteis quanto à data de comparecimento.
- c) 07 (sete) dias corridos quanto à data de comparecimento, sem contar dias úteis.
- d) 15 (quinze) dias corridos quanto à data de comparecimento, sem contar dias úteis.

Questão 29

Acerca do constitucionalismo, marque a alternativa CORRETA.

- a) O constitucionalismo moderno, como teoria normativa da política, busca a limitação do poder político com o propósito de assegurar direitos fundamentais.
- b) No neoconstitucionalismo, não se admite a aproximação entre o Direito e a Moral, procurando-se fugir de qualquer leitura moral do Direito. Essa postura metodológica é claramente influenciada pelo jusfilósofo Hans Kelsen e sua teoria pura do direito.
- c) A primeira constituição escrita inspirada no movimento constitucionalista moderno surgiu na França, que, em face da Revolução Francesa e inspirada no movimento iluminista, promulgaria sua primeira constituição em 1787. Em seguida, os mesmos ideais serviram de substrato ideológico para a elaboração da primeira constituição americana de

1791, no contexto da luta de independência das ex-colônias inglesas na América do Norte.

d) No neoconstitucionalismo, percebe-se uma ênfase na dicotomia direito público / direito privado. Como decorrência desse fenômeno, pode-se apontar a realidade da constitucionalização do direito privado e da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Questão 30

Acerca da hermenêutica constitucional, marque o item CORRETO.

a) Em face do princípio da unidade da constituição, a interpretação das normas constitucionais deve ser feita de forma sistemática, afastando-se aparentes antinomias entre as regras e os princípios que a compõem, razão pela qual se admite a teoria das normas constitucionais e inconstitucionais.

b) De acordo com Ronald Dworkin, princípios são mandamentos de otimização que determinam que algo seja realizado na maior medida possível, dentro das condições fáticas e jurídicas existentes.

c) O princípio da justeza ou da conformidade funcional preceitua que os órgãos encarregados da interpretação da norma constitucional não poderão chegar a uma posição que subverta, altere ou perturbe o esquema de repartição de funções constitucionalmente estabelecido pelo constituinte originário.

d) Segundo o princípio da máxima efetividade, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar primazia aos critérios que favoreçam a máxima integração política e social, reforçando a unidade política do Estado.